

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2617507620200129161440

Processo 0801123-56.2020.8.23.0010 ☆ - (15 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 10441 - Acidente de Trânsito

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Data do Movimento(Período):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

à

12 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 12

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div>[-]</div> 12	29/01/2020 16:14:40	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>12.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div>2687090PETICAODEPROVASJUR01.pdf</div><div>Público</div></div>			
<div>[+]</div> 11	28/01/2020 14:47:27	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
Em cumprimento à citação de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A			
LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA			
10	27/01/2020 10:09:12	Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 27/01/2020 referente ao evento de expedição seq. 9.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div>[+]</div> 9	24/01/2020 16:44:11	EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA
Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis			
EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			
8	24/01/2020 16:43:32	Para advogados/curador/defensor de ROSIERE FONTELES DE ARAÚJO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 7) CONCEDIDO O PEDIDO (21/01/2020)	VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA
<div>[+]</div> 7	21/01/2020 10:17:01	CONCEDIDO O PEDIDO	Analista Judiciário
<div>[+]</div> 6	14/01/2020 09:29:53	JUNTADA DE PETIÇÃO DE SUBSTABELECIMENTO	JARBAS LACERDA DE MIRANDA
5	13/01/2020 21:27:40	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL	Magistrado
4	13/01/2020 21:27:38	RECEBIDOS OS AUTOS	REINALDO FÉLIX DA SILVA
3	13/01/2020 21:27:38	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR	Advogado
Registro de Distribuição			
2	13/01/2020 21:27:37	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO	SISTEMA CNJ
4ª Vara Cível			
<div>[+]</div> 1	13/01/2020 21:27:37	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	SISTEMA CNJ
REINALDO FÉLIX DA SILVA			
Advogado			



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08011235620208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSIERE FONTELES DE ARAUJO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 28 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

